



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

PARECER APRESENTADO NO PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR N.º 1.955/2020

1. IDENTIFICAÇÃO

De: Rodrigo Reis Pastore - Procurador
Para: Dênio Alexandre Scottini - Procurador-Geral
Objeto: Projeto de Lei Complementar n.º 1.955
Órgão Consulente: Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação

2. SÍNTESE DOS FATOS

Através de iniciativa do Poder Executivo, foi apresentado o Projeto de Lei Complementar n.º 1.955. Submetido à apreciação da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, esta solicitou à Procuradoria a confecção de parecer sobre o tema.

Em síntese, o projeto pretende prorrogar para Setembro de 2021, em razão da pandemia de Covid-19, a avaliação das unidades educacionais da rede municipal, prevista no Art. 5º da Lei Complementar n. 1.204/18, que seria realizada no corrente ano.

É o relatório.

3. DO DIREITO

3.1. DA REGULARIDADE FORMAL DO PROJETO



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

Neste capítulo será realizada a análise da proposição segundo critérios formais, quais sejam: a. competência do município para legislar sobre a matéria; b. a competência do autor para a apresentação da proposição; c. a adequação da matéria ao tipo legislativo utilizado; d. se há demais exigências formais estabelecidas especificamente para a matéria apresentada e, existindo, se elas foram observadas.

**3.1.1. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA
LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA**

A primeira questão que deve ser analisada, quando se indaga da regularidade formal do projeto, diz respeito à capacidade legiferante. Ou seja, a competência legislativa do Ente federado que se propõe a legislar sobre determinado assunto.

Nesse sentido, percebe-se que a regra de competência sobre o tema pode ser extraída do(s) artigo(s) , cujo texto segue(m) abaixo:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

[...]

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

[...]



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

[...]

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Logo, pode-se concluir que o projeto, tratando de temas correlatos ao sistema municipal de educação, está dentro do âmbito das atribuições definidas constitucionalmente aos municípios, devendo-se passar ao exame dos demais elementos do projeto.

Contudo, é de se ressaltar que em determinados pontos parecer haver confronto com o mérito das normas gerais de educação editadas pela União. De todo modo, para que esse debate mais relacionado ao mérito possa se realizar, esse potencial confronto será relegado para o exame material da norma, no Item 3.2.

3.1.2. COMPETÊNCIA DO AUTOR PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSIÇÃO

Este tópico propõe-se a analisar a regularidade da proposição segundo o critério de iniciativa. A saber, se o proponente possui competência para apresentar projetos com a atual matéria.

Segundo esse parâmetro, a regra é que vereadores, comissões legislativas permanentes, prefeito e cidadãos possam apresentar proposições, nos termos do art.



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

34 da Lei Orgânica do Município. Contudo, essa legitimação sofre restrições na medida em que: a. a Lei Orgânica define que algumas matérias somente poderão ser propostas pelo Executivo¹; b. O Princípio da Separação dos Poderes² e as competências definidas no Art. 61, §1º da Constituição Federal³ e Art. 71, I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, também versam sobre hipóteses de iniciativas legislativas privativas do Executivo.

Sob esse viés, considerando o conteúdo da proposição, percebe-se a inexistência de vício de iniciativa no projeto. O projeto, mesmo que se considere que adentrou nas matérias do Art. 35 da Lei Orgânica, em alguns pontos, foi proposto pelo Chefe do Poder Executivo – legitimado para tanto e, portanto, tornando indiscutível a iniciativa legislativa.

**3.1.3. ADEQUAÇÃO DA MATÉRIA AO TIPO
LEGISLATIVO UTILIZADO.**

¹ Art. 35 - É de competência privativa do Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

I - o regime jurídico dos servidores públicos municipais;

II - criação de cargos, empregos e funções na Administração Pública direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

III - orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública do Município.

² Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário

³ Art. 61 [...] § 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

Superado o exame da competência municipal e da iniciativa da proposição, deve ser verificado se o tipo legislativo da proposição é compatível com as exigências do ordenamento jurídico. Nesse sentido, o art. 38 da Lei Orgânica do Município enumera quais os assuntos que devem ser obrigatoriamente objeto de lei complementar.

Art. 38 - São objeto de leis complementares as seguintes matérias:

[..]

XI - criação, estruturação e atribuição dos órgãos da Administração Pública Municipal.

[...]

XIII - Sistema Municipal de ensino e suas diretrizes;

Há o enquadramento da matéria na temática "criação, estruturação e atribuição dos órgãos da Administração Pública" porque o projeto define os critérios e diretrizes (atribuídos) aos órgãos da Administração para a prestação do Serviço de Educação.

Por outro lado, o Sistema Municipal de Ensino foi erigido a tal nível de proteção que suas disposições somente poderiam ser objeto de lei complementar. Já o atual projeto, embora não afirme expressamente que irá versar sobre o sistema municipal de ensino, na prática implicará em alterações tácitas em tal sistema. Por isso, atendendo ao espírito do Legislador que elaborou a Lei Orgânica, é razoável considerar que mesmo alterações tácitas no Sistema Municipal de Ensino sejam apresentadas sob a forma de projeto de lei complementar, como é o caso dos autos.

Portanto, adequado o tipo legislativo utilizado.



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

3.1.4. DEMAIS REQUISITOS FORMAIS

O exame formal da proposição perpassa, em algumas situações, pelo estudo de outros elementos além dos mencionados nos itens anteriores. É que o ordenamento jurídico exige que algumas matérias recebam um tratamento diferenciado, sem prejuízo da observância de todas as condicionantes anteriores.

No atual projeto verificam-se a incidência dessas condicionantes extraordinárias.

3.1.4.1. AUSÊNCIA DE JUNTADA DA NORMA QUE O PROJETO PRETENDE ALTERAR

De acordo com o art. 110, III, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, o Presidente da casa legislativa deixará de aceitar qualquer proposição que faça referência à lei, decreto ou regulamento ou a qualquer outro dispositivo legal que não se faça acompanhar de cópias ou transcrição do dispositivo mencionado. A determinação decorre da necessidade de que os autos dos projetos de lei contenham as informações necessárias ao juízo político e jurídico a ser realizados pelos senhores vereadores. Contudo, no caso presente a exigência foi descumprida.

O projeto em discussão faz alusão à(s) **Lei(s) Complementar(es) n.º 1.204/18**.

Porém, a(s) norma(s) que é de necessário conhecimento para compreender o atual projeto não foi juntada aos autos. Desse modo, a aplicação rigora do Art. 110, III, do Regimento Interno, levaria os autos a serem encaminhados



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

à Diretoria Legislativa, para regularização da instrução. No entanto, essa forma de procedimento causaria desnecessário atraso na tramitação do feito. Assim, para garantir a celeridade na tramitação do projeto, a Procuradoria junta aos autos os endereços eletrônicos onde o(s) texto(s) referenciado(s) pode(m) ser encontrado(s).

Ao final, deve-se ressaltar que esta Procuradoria não possui competência legal para autenticação da lei, nem tampouco possui a sua disposição o arquivo oficial das leis publicadas no município. Disso, segue a recomendação para que a Diretoria Legislativa confira se o texto informado, extraído de fonte não oficial, efetivamente corresponde ao texto legal em vigor com suas eventuais alterações legislativas.

3.2. DA REGULARIDADE MATERIAL DO PROJETO

Por regularidade material entende-se a compatibilidade vertical entre o conteúdo do projeto e os princípios e normas constitucionais. Difere-se da constitucionalidade formal, pois neste último caso analisam-se aspectos atinentes à iniciativa e formalidades do processo legislativo, já verificados no item anterior.

Assim, mesmo dentro de tais balizas (elásticas), pode-se concluir pela **existência de vício material** no atual projeto. Mas essa afirmação pode e deve ser detalhada, sendo que aqui é necessária uma digressão acerca das competências legislativas em matéria educacional (como já foi antecipado no Item 3.1.1.).

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

[...]

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Desse modo, estabelecida a competência da União para expedir regras gerais em matéria educacional. À luz de tal previsão a União editou duas leis que se relacionam ao projeto em estudo, com destaque para as seguintes passagens:

Lei 9.394/96

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VIII - **gestão democrática do ensino público**, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

Lei 13.005

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus **correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE**, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º O sistema de avaliação a que se refere o caput produzirá, **no máximo a cada 2 (dois) anos:**

I - indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos (as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos (as) alunos (as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica;



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

II - indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos (as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes.

As passagens acima destacam dois pontos relevantes para o atual projeto. A de que são necessárias avaliações periódicas nos sistemas de ensino e que a gestão de tais sistemas (o que abrange suas atividades de avaliação) deve se dar de forma democrática e envolvendo a sociedade civil. A saber, o envolvimento da sociedade na gestão e avaliação do sistema educacional não é uma concessão, uma franquia do Poder Público municipal, mas um poder-dever imposto pela legislação federal.

Ainda sobre as avaliações periódicas é de se ressaltar sua necessidade como instrumento ínsito a qualquer procedimento gerencial. Não se pode administrar sem se saber se o trabalho gera resultados positivos ou negativos. O ponto foi destacado em documento oficial do Ministério da Educação nos seguintes termos:

Um conjunto de indicadores com os responsáveis pelo seu monitoramento e avaliação, de tal maneira que não se deixe para avaliar os resultados do Plano no fim da década. Assim, é indispensável definir de quem será essa atribuição e qual será a sua periodicidade. Uma ação compartilhada entre a Secretaria Municipal, a Comissão ou Conselho e Fórum Municipal de Educação, onde houver, e a Câmara de Vereadores pode ser uma sugestão a ser considerada. Para o sucesso dessa tarefa, os responsáveis pelo monitoramento (que pode ser anual) e avaliação (que pode ser trienal) precisam dispor de indicadores bem elaborados e



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

aprovados junto com o PME; tais dispositivos, assim previstos, ajudarão inclusive o monitoramento do PEE e do PNE.

Além de serem ferramentas indispensáveis para o processo de monitoramento e avaliação, os indicadores permitem a comunicação com a sociedade, assegurando a transparência e o controle social do Plano. Por essa razão, devem ser objetivos, mensuráveis no tempo, factíveis e relevantes.

Aos responsáveis pelo monitoramento e avaliação também pode ser atribuída a tarefa de promover as Conferências Municipais de Educação, que fornecerão insumos para avaliar a execução do Plano e, conseqüentemente, subsidiar a elaboração de um novo plano para o decênio subsequente⁴.

É bom que se diga que a legislação municipal precedente ao projeto se orientou no sentido de seguir tais determinações. Exemplificativamente é possível extrair do plano municipal de educação as seguintes passagens:

Art. 6º As metas constantes no Anexo Único desta Lei Complementar serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 7º As metas estabelecidas no Anexo Único desta Lei Complementar possuem como referência o diagnóstico que retrata a análise situacional do Município elaborado pela Comissão Técnica Municipal com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Parágrafo Único - O Poder Público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos, de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência.

⁴ Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf. Acesso em 24/07/2020.



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

Art. 8º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

Meta 7:

Atingir as médias nacionais para o IDEB, já previstas no Plano de desenvolvimento da educação - PDE. Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB: Quadro 11 - Metas Projetadas IDEB 2015 2017 2019 2021 Anos Iniciais 5,8 6,1 6,3 6,6 Anos Finais 4,9 5,1 5,4 5,6

Estratégias:

7.1 Dar continuidade na implementação, bem como a constante atualização das diretrizes curriculares já existentes nos sistemas de ensino, respeitando os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitando-se as diversidades estadual, regional e local.

7.2 Assegurar que: a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50%, pelo menos, o nível desejável;

7.12 Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do SAEB e do IDEB, relativos às escolas municipais, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

17.8 Implantar, nas redes públicas de Educação Básica, **acompanhamento** dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a **fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, através de avaliação documentada**, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

18.2 Implantar, nas redes públicas de Educação Básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, através de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

Meta 19:

Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de méritos e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

19.1 Analisar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho e a participação da comunidade escolar.

[...]



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

19.5 Regulamentar a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

Assim, em resumo de tudo que foi apresentado até agora: 1. Avaliações periódicas são uma exigência da legislação federal e municipal e são ínsitas a qualquer processo gerencial; 2. A gestão do sistema educacional deve, por lei, envolver a sociedade civil; 3. Avaliações devem ocorrer a cada dois anos, conforme previsão do Art. 8º, §1º, da Lei n. 13.005 e meta 19 do Anexo da Lei Complementar n. 994/15.

Orientado por tais previsões o Município adaptou o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP, instituído pela Lei Complementar nº 910 para as exigências do plano nacional e municipal de educação. Isso foi feito pela Lei Complementar n. 1.204/18. Veja-se que aí já uma possibilidade de irregularidade. Se tal adaptação era realmente necessária ela deveria ter ocorrido até 2017. Pois se o plano municipal de educação foi editado em 2015, a primeira avaliação bienal deveria ter ocorrido em 2017 e não em 2018.

Ademais, à luz da documentação apresentada pelo proponente, é impossível saber se alguma avaliação já ocorreu e, mesmo ocorrendo, se ela foi compatível ou não com as previsões da Lei Federal n. 13.005 e da Lei Complementar Municipal n. 994/15. Veja-se que esse ônus probatório incumbe ao proponente pois ele deve observar a exigência do Art. 110 do Regimento Interno desta Câmara Municipal:



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

Art. 110. O Presidente da Câmara Municipal deixará de aceitar qualquer proposição, que:

[...]

III - faça referência à Lei, Decreto, Regulamento ou a **qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de cópias ou transcrição;**

Ou seja, analisando-se exclusivamente os documentos apresentados é impossível que os representantes desta Câmara Municipal tenham a ciência se pelo menos uma avaliação - nos termos em que é exigida pela lei municipal e federal, tenha sido realizada desde 2015, que foi a data a partir da qual ela passou a ser exigível (sempre recordando que o biênio é o prazo máximo para que ela ocorresse e não mínimo). Não foge do razoável supor que até o momento essa obrigação legal não tenha ocorrido e, desnecessário dizer, entre 2015 e 2019 não se viveu nenhuma pandemia global que tivesse impedido esse ato.

Isso é tanto mais reforçado quando se tem notícia que as avaliações que ao tempo da Lei Complementar nº 910 eram anuais passaram a ser previstas, somente em 2017, através da Lei Complementar n. 1.143/17, para uma realização bianual. Sim, essa dilação do prazo é uma previsão compatível com a legislação federal, mas também pode ser um indicativo que tais atos administrativos não vinham sendo realizados.

E assim se chega ao ano de 2020 quando, por motivos que se afigurariam como legítimos, pretende-se mais uma vez prorrogar tal avaliação para o ano de 2021 em razão de questões de saúde pública.



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

Impossível analisar isso tudo sem recordar o Art. 399 do Código Civil, pelo qual **"o devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso;** salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada". Isso levando a conclusão que a prorrogação da avaliação por meio de lei não teria sido necessária se os prazos legais tivessem sido observados.

Mas é claro, esse dispositivo do Código Civil diz respeito a outro regime jurídico que não se relaciona com a avaliação de constitucionalidade e legalidade que aqui se realiza. Mas não deixa de ser um alerta para que a pandemia seja considerada uma carta em branco para qualquer ação e omissão administrativa.

Mas voltando ao exame da proposição, em síntese, pode-se afirmar que legislação geral sobre o assunto não suprimiu a exigência de avaliações que devem ocorrer, no máximo, bianualmente. Logo, embora o município tenha competências administrativas e legislativas no âmbito educacional, essa competência deve ser exercida dentro dos parâmetros das normas gerais de regência.

E, ainda sobre o mérito, não se desconsidera que se vive atualmente meio ano de um ineditismo; que é o uso massivo da educação a distância na rede pública. É uma forma de caminhar às cegas manter esse sistema sem a avaliação de seus resultados conforme os parâmetros de avaliação fixados na legislação. Para que alguns servidores e cidadãos possam se abster de todo e qualquer risco de contaminação lançam-se todos os estudantes do município em um voo cego.



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

Isso, não se nega, é uma escolha política e não jurídica. Mas também não se pode negar que as autoridades que têm competência para fazer essa escolha (Presidente da República e parlamentares federais), mudando ou não as exigências do Art. 8º, §1º da Lei n. 13.005, optaram, em forma tácita de ponderação de direitos fundamentais, por preservar o direito fundamental à educação em detrimento da proteção total e absoluta de alguns agentes públicos contra qualquer espécie de risco de saúde.

Desse modo, chega-se a conclusão que a mera prorrogação do prazo de avaliação ofende o Art. 8º, §1º da Lei n. 13.005 que continua vigente mesmo em tempos de pandemia. E, assim, se alguma alteração deve ser realizada é na forma de avaliação, de modo mais segura para os envolvidos, mas não o seu mero adiamento.

4. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, seguem abaixo as conclusões quanto ao Projeto de Lei Complementar n.º 1.955. O projeto contém **vício material sanável** por ofensa ao período bianual de avaliação previsto no Art. 8º, §1º da Lei Federal n. 13.005/14 e à meta 19 da Lei Complementar n. 994/15, além de negar indiretamente a participação popular na gestão dos sistemas educacionais previstas em ambas as leis e no Art. 3º, VIII da Lei Federal n. 9.394/96. Frise-se que a escolha política de modificar o prazo previsto na lei geral sobre o assunto não foi realizada pelas autoridades que poderiam o fazer (Presidente da República e parlamentares federais). A fundamentação encontra-se no Item 3.2. É possível que a Comissão, valendo-se dos poderes previstos no art. 19, §6º da Lei Orgânica, comunique o proponente sobre o fato para



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

que este, querendo, **apresente emenda com o objetivo de** modificar o projeto para que ele operacionalize forma mais segura de avaliação em razão do momento em que se vive, suprimindo a mera prorrogação, por mais um ano, da avaliação.

4.1. está regular quanto aos demais aspectos formais e materiais

Blumenau, 24 de julho de 2020

Rodrigo Reis Pastore
Procurador
OAB/SC 20.672



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria - Geral

Em despacho:

Aprovo o Parecer exarado no Projeto de Lei Complementar n.º 1.955, pelo Procurador Rodrigo Reis Pastore, por seus próprios e jurídicos fundamentos. À Comissão consultante, para exame e apreciação.

Blumenau, 24 de julho de 2020

Dênio Alexandre Scottini
Procurador-Geral